

Mulheres, mães e professoras durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19 em Maracanaú-CE

Women, mothers and teachers during remote teaching during the Covid-19 pandemic in Maracanaú-CE

Lia Machado Fiuza Fialho
Limária Araújo Mouta
Thalya Rogério de Carvalho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza/CE-Brasil
Maria Aparecida Alves da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
Fortaleza-Brasil

Resumo

Este estudo objetivou compreender as condições de vida e de trabalho das professoras mães do ensino fundamental da rede pública de ensino de Maracanaú, Ceará, durante a pandemia de Covid-19. Com abordagem qualitativa, a pesquisa do tipo estudo de caso múltiplo adotou a metodologia da História Oral Temática. Os resultados demonstraram muita dificuldade para prosseguir com a educação formal durante o isolamento social, porque, além da precariedade do acesso aos recursos tecnológicos e à internet, majorada na família dos alunos, eram necessários conhecimentos específicos para o emprego de metodologias de ensino mediadas por tecnologias digitais para mediar o ensino remoto emergencial ainda desconhecidas para as mães e professoras. Elas ainda tiveram que conciliar o trabalho no ambiente doméstico com a tensão do adoecimento e da morte, e desvalorização profissional docente.

Palavras-chave: Covid-19; Professoras; Trabalho doméstico.

Abstract

This study aimed to understand the living and working conditions of primary school mother teachers in the public education network of Maracanaú, Ceará, during the Covid-19 pandemic. With a qualitative approach, the research of the multiple case study type adopted the methodology of thematic Oral History. The results showed that it was very difficult to continue with formal education during social isolation because, in addition to the precarious access to technological resources and the internet, which was greater in the students' families, specific knowledge was needed for the use of teaching methodologies mediated by digital technologies to mediate emergency remote teaching still unknown to mothers and teachers. They still had to reconcile work in the domestic environment with the tension of illness and death, and professional devaluation of teachers.

Keywords: Covid-19; Teachers; Housework.

Introdução

A pandemia de Covid-19 afetou diretamente vários aspectos da vida humana, incluindo os econômicos, sociais e políticos, reconfigurando os modos de organização das sociedades em todo o mundo. Nesse cenário, destacamos o contexto educacional, que foi desenvolvido por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE), mediante a necessidade do isolamento social para a preservação da vida, minimizando a possibilidade de contrair o vírus. No Brasil, foi a Lei nº 13.979/2020 que determinou, no artigo 3º, o isolamento e outras medidas urgentes: “[...] para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”. Segundo Neves, Fialho e Machado (2021, p. 1):

O ERE não dispunha de ampla discussão nacional, não apresentava uma padronização nas atividades nem contava com plataforma específica para o fim educativo, sendo viabilizado de maneira emergencial e improvisada, inclusive por meio de redes sociais, a exemplo do WhatsApp, aplicativos de reuniões, como o Google Meet, dentre outras ferramentas não usuais para assegurar o ensino-aprendizagem.

O ERE foi adotado em todas as regiões do Brasil subitamente, fato que gerou grande impacto na relação de ensino-aprendizagem entre estudantes e professores. Sem uma formação adequada, com acesso restrito à tecnologia da informação e comunicação, a comunidade escolar teve que passar a trabalhar de maneira *on-line*, seja pelo computador ou pelo telefone, sendo obrigada a manusear aplicativos e programas até então desconhecidos e até redes sociais para mediar a aquisição de conhecimentos.

Nesse cenário, chamou-nos a atenção as professoras mães, que historicamente já são demandadas em duplas jornadas de trabalho, por acumularem aquelas demandas no lar com as atividades profissionais (MELO; THOMÉ, 2018). Para as professoras mães, em especial, esse cenário gerou um acúmulo ainda mais acentuado de trabalho, pois a junção da docência com o trabalho doméstico majorou o tempo laboral (FIALHO; NEVES, 2022).

Diante dessa situação, questionamos: em que condições de vida e de trabalho as professoras mães da rede pública do ensino fundamental de Maracanaú, Ceará (CE), conciliaram suas atividades profissionais e domésticas no período da pandemia? Para responder a essa inquietação, desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de compreender as condições de vida e trabalho das professoras mães do ensino fundamental da rede pública de ensino de Maracanaú-CE durante a pandemia de Covid-19.

Para melhor entendimento deste estudo, é importante situarmos o recorte espacial da pesquisa, dentro de um contexto socioeconômico. Maracanaú-CE é um município do

estado do Ceará localizado na região Nordeste do Brasil. É o município com o maior centro industrial do estado e possui também o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB), superado apenas pela capital, Fortaleza, com renda *per capita* de R\$ 43.116,46 (IBGE, 2010). Apesar disso, Maracanaú-CE demonstra uma severa desigualdade social, pois a maioria dos moradores possui uma renda média *per capita* de R\$ 372,91 (IBGE, 2010). Essas informações nos ajudam a entender não só o contexto no qual estão inseridas as professoras mães, como também os estudantes para os quais elas tiveram que lecionar durante o período pandêmico (CACAU; FIALHO, 2020).

Schouten (2011) afirma que é no ambiente doméstico que menos se progrediu em relação no sentido de igualdade sobre os gêneros, sendo ali que em geral as mulheres têm muito mais responsabilidades e trabalhos do que os homens. Para a autora, o fato de trabalhar dobrado e ter uma carga maior com essas ocupações domésticas, implica consideravelmente na sobra de pouco ou nada de tempo para o crescimento profissional, sendo que as progressões de carreira das mulheres permanecem sempre mais lenta.

Entender a situação de vida e trabalho das professoras mães de Maracanaú-CE é compreender as tensões que envolvem as mulheres que conciliam a profissão com a maternidade; é entender como ainda, no decorrer do século XXI, nas condições da pandemia de Covid-19, elas são vistas tentando equilibrar seu trabalho formal com o trabalho doméstico. Ter essa compreensão é fundamental para discutir as singularidades impostas por forças culturais, históricas e sociais que estruturam o pensamento humano, principalmente sobre o comportamento feminino (ALMEIDA; SOUSA, 2021), e que fazem essas mulheres ainda tão sobrecarregadas.

A fim de melhor organizar este artigo, realizamos a sua divisão em quatro seções, a saber: “Introdução”, espaço em que fazemos a apresentação da temática e das ideias iniciais, abordando também a problematização, o objetivo geral e, em linhas gerais, o caminho metodológico desenvolvido nesta pesquisa; “Percurso metodológico” compreende, de forma pormenorizada, a caracterização das participantes e das escolas onde desenvolveram seu trabalho docente, bem como especifica a abordagem, o método e a técnica para a coleta de dados. “Resultados e discussão” traz as entrevistas com as falas das docentes, que foram devidamente analisadas; e, por fim, as “Considerações finais”.

Percurso metodológico

A pesquisa se deu a partir da abordagem qualitativa, pois nos importava compreender aspectos subjetivos referentes ao trabalho mediado pelo ERE em tempos pandêmicos, que não poderiam ser mensurados em pesquisas quantitativas, por envolver a percepção das professoras e suas rotinas individuais de atividades laborais.

Os *loci* foram as escolas de Maracanaú, que são divididas por regiões (de A a F), somando-se ao todo 82 escolas, incluindo as creches. Esse quantitativo é subdividido em seis grupos, de acordo com sua localização geográfica, para facilitar a gestão. Para a pesquisa aqui proposta, buscamos selecionar uma professora de cada região que se adequasse ao seguinte perfil: ser mulher, mãe e educadora da rede municipal de educação de Maracanaú-CE e estivesse trabalhando no período da pandemia de Covid-19 no ensino fundamental.

Tendo como objetivo de pesquisa compreender, na percepção das professoras mães da rede pública de ensino, os desafios impostos pela suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia de Covid-19 e as novas competências demandadas para a atuação em contexto pandêmico, a metodologia utilizada para as entrevistas foi amparada na metodologia da História Oral Temática.

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p. 15).

Através das entrevistas com a metodologia oral, as educadoras conseguiram relatar as múltiplas versões e interpretações dos impactos que a pandemia e o ERE trouxeram para o ambiente doméstico no isolamento social. O uso da metodologia da História Oral foi importante para esta pesquisa porque contribuiu para o conhecimento sobre educação em situação de crise sanitária, trazendo, assim, a representação de um período singular da nossa história recente. Mulheres professoras tiveram que se adaptar urgentemente a uma nova realidade de trabalho, e os desafios do ERE com crianças do ensino fundamental, somados aos desafios de conciliar as atividades profissionais às domésticas em contexto de adoecimento e morte causados pela Covid-19, agravaram a baixa qualidade da educação no Brasil e o esgotamento de mães professoras, aspectos estes que não podem ser silenciados ou ignorados.

As entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido (ALBERTI, 2021). Sendo assim, nossas entrevistadas trataram de uma temática específica: a percepção das professoras/mães sobre a conciliação do ERE e do trabalho doméstico no ambiente domiciliar, tornando possível conhecer as experiências vivenciadas pelas entrevistadas.

O perfil das colaboradoras selecionadas se enquadrava nos seguintes critérios de inclusão: ser mulher, mãe e professora da rede municipal de educação de Maracanaú-CE e ter trabalhado na pandemia de Covid-19 com o ERE no ensino fundamental. Excluímos professoras substitutas ou temporárias, que não possuíam filhos, ou que não tivessem lotadas no ensino fundamental ministrando aulas remotas.

Destacamos que todos os cuidados éticos foram adotados, dessa maneira, a pesquisa foi inicialmente submetida ao Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, recebendo parecer favorável: nº 4.740.147/2021. Em seguida, todas as professoras convidadas a participar receberam esclarecimentos sobre a temática da pesquisa, seu objetivo, a forma de participação, os possíveis riscos e benefícios, bem como sobre a impossibilidade de preservação do anonimato, já que os dados seriam depositados em plataforma de acesso aberto constando suas identidades. Somente após a concordância e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, realizávamos a entrevista em História Oral. Todas as narrativas orais foram gravadas, transcritas na íntegra e validadas pelas colaboradoras.

Por fim, apesar de buscarmos seis colaboradoras, uma de cada regional do município de Maracanaú-CE, trabalhamos com apenas cinco participantes, isso porque, quando íamos entrevistar a última colaboradora, da região “C”, eclodiu uma greve de professores na cidade e a profissional, que havia se disponibilizado a conceder a entrevista, desistiu da participação. Não foi possível substituir a docente desistente por entendermos a alegação de que a paralisação do trabalho envolvia todas as atividades que a ele se relacionassem.

A primeira entrevista foi com a professora da região “F”, na escola onde a colaboradora Antoneide Maria Lima de Almeida leciona, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) Maria Marques do Nascimento, no dia 19 de abril de 2022, no período da tarde. Em seguida, a professora da região “A”, Roberta Agostinho da Costa, teve sua entrevista realizada, no dia 21 de abril de 2022, em sua residência. Na região “B”, a professora Ana Isabel de Sousa Lemos Araújo concedeu a entrevista no dia 8 de março de 2022, Dia Internacional da Mulher, em meio à organização de uma greve de professores do

município¹, na EMEIEF Construindo o Saber. Nessa mesma data e local, entrevistamos a professora Maria Luciene de Oliveira Mesquita, da região “E”. A última entrevista, na EMEIEF Antonio Gondim de Lima, ocorreu com a professora da região “D”, no dia 17 de março de 2022, no período da manhã.

As entrevistas foram desenvolvidas nos locais eleitos pelas colaboradoras. A maioria se deu nas escolas em que as professoras trabalhavam, todavia, duas entrevistas foram realizadas na EMEIEF Construindo o Saber, escola distinta daquela de atuação das docentes, e apenas uma ocorreu na residência da professora. Interessa mencionar que algumas professoras foram impedidas de ocupar o espaço em que atendiam aos professores e à comunidade por ocasião da organização de uma greve, logo, as entrevistas do mês de março, ao culminarem com o movimento grevista reunido em frente ao Centro Vocacional Tecnológico (CVT) de Maracanaú-CE, tiveram como ponto de apoio a EMEIEF Construindo o Saber, eleita por duas professoras por ser próxima ao CVT.

Resultados e discussões

Roberta Agostinho da Costa, de 34 anos, mulher indígena, formada em Pedagogia pela Faculdade Kuris, pós-graduada em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, cursava Letras/Português e já atuava na área da educação havia nove anos. Ela é professora na Escola do Povo Pitaguary, escola indígena do município de Maracanaú-CE, nas turmas do fundamental I, no período da manhã, e do fundamental II, no período da tarde. Tem dois filhos, uma menina com 8 anos e um menino com 1 ano. Roberta Costa é filha de professora, tem duas irmãs, e o sonho de sua mãe era que uma delas seguisse na área da Educação; por essa influência, foi a primeira filha formada no magistério. Ela mencionou que, durante o curso, encantou-se pela docência e que, quando passou pelos estágios obrigatórios durante a graduação, teve convicção de que essa era a sua vocação. Já trabalhou em escolas particulares, participou da seleção de professores de Maracanaú-CE e atuou na gestão escolar por três anos, experiência esta que considera fundamental para todos os professores vivenciarem e compreenderem os desafios de gerir uma escola.

Ana Isabel de Sousa Lemos Araújo possui 35 anos, é casada, natural de Fortaleza-CE, formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestranda da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), mais especificamente no curso de Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente. É filha de mãe costureira e pai comerciante; tinha três irmãs, mas uma já havia falecido, tendo sido a

primeira da família a ter concluído o ensino superior, assim como Roberta Costa. Hoje é professora do 1º ano do ensino fundamental na EMEIEF Professor Francisco Araújo do Nascimento, mãe de dois filhos, um de 11 anos e outro de 13 anos. No dia 11 de março de 2022, completou nove anos de regência em sala de aula. Ela afirma que sua inspiração para a docência foi uma professora que a alfabetizou por volta dos 6 anos de idade, pois a sua forma de ensino lhe encantou de tal maneira que, a partir de então, alimentou o desejo de ser professora.

Sandra Monteiro Ferreira, em sua infância, sempre acompanhou a mãe, que na época trabalhava como auxiliar de serviço na escola em que ela havia estudado durante o ciclo de educação infantil. A Escola Aluisio Pereira Lima, localizada no município de Caucaia-CE, só tinha até a 4ª série, motivo por que Sandra Ferreira, para cursar a 5ª série, precisava se deslocar para o centro de Caucaia-CE, época um pouco difícil, porque, além de precisar atravessar um rio, tinha que levar sua própria comida, sem ter condições financeiras favoráveis para tal, dado que a escola na época não ofertava lanche aos alunos. Sandra Ferreira, superando dificuldades de locomoção e econômicas, concluiu o ensino médio na rede pública de Caucaia-CE. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), tornando-se professora do 2º ano do ensino fundamental de Maracanaú-CE. Ela informa que sua filha de 12 anos não precisou experienciar as mesmas dificuldades para estudar graças ao desenvolvimento educacional do município, todavia, salienta que são as lembranças positivas que procura guardar consigo, a exemplo da professora que teve no período de sua alfabetização, que gostava de contar histórias, sentar-se ao chão e cantar cantigas, incentivando-a a reproduzir essa afetividade em sua sala de aula.

Maria Luciene de Oliveira Mesquita é casada, natural de Sobral-CE, a qual migrou com os pais e os três irmãos para Fortaleza-CE em 1975, porque o pai precisava fazer um tratamento de saúde que só era possível na capital. Teve uma infância difícil, pois logo sua mãe ficou viúva com quatro filhos para sustentar. Luciene Mesquita e os irmãos estudaram em escola pública e o seu sonho desde menina era cursar o ensino médio pedagógico no Instituto de Educação, o que não se concretizou em decorrência de um problema de apendicite aguda, fato que a fez ficar entre a vida e a morte no período do teste de seleção para o Instituto de Educação, impossibilitando-a de concorrer a essa vaga. Em seguida, foi remanejada para a escola Justiniano de Serpa, onde não havia mais o ensino médio pedagógico. Como Luciene morava no bairro Antônio Bezerra e estudava na avenida Santos

Dumont, para manter o transporte e o lanche, ela vendia dindimⁱⁱ até concluir o segundo grau (atual ensino médio). No entanto, como o desejo de fazer o pedagógico continuava, buscou ingresso no colégio São Francisco, que na época oferecia o curso pedagógico particular, razão por que, para pagá-lo, começou a trabalhar no contraturno. Hoje, mãe de uma filha única, é formada em Pedagogia pela UVA e atua como professora da 1ª série do ensino fundamental na EMEIEF Francisca Florencia da Silva.

Antoneide Maria Lima de Almeida passou sua infância em Beberibe-CE, município do norte do estado do Ceará, distante 85 quilômetros da capital, Fortaleza-CE, pertencente à microrregião de Cascavel-CE. Ela cursou o ensino médio em Contabilidade no Instituto São José, que na época tinha a opção do ensino médio pedagógico, todavia, não se identificava com a profissão. Ela dizia que não queria ser professora e decidiu fazer o ensino médio em Contabilidade. Na contramão, acabou cursando Técnico de Enfermagem, opção que lhe emergiu, e chegou a estagiar em seis hospitais, mas percebeu que não queria atuar na Enfermagem. Resolveu, então, cursar Pedagogia pela UVA junto com sua filha mais velha, possuindo 18 anos de magistério. Antoneide de Almeida tem 59 anos, é divorciada, mãe de cinco filhos, sendo atualmente professora da 1ª série do ensino fundamental. Ela se considera uma boa professora. Orgulha-se da profissão e explica que se identificou com a docência de tal maneira que não queria ter outra profissão:

[...] ali eu posso estar cansada como eu estiver, todos nós temos problemas e você já viu que minha vida foi movimentada: dois casamentos, duas separações e cinco bênçãos (filhos). O que eu não tive de sorte nos casamentos eu tive com os meus filhos. Eu posso estar com qualquer problema, mas, na hora que eu pego o meu pincel para explicar, ali é a minha 'praia', o meu mundo, ali eu esqueço tudo. Eu sou uma pessoa tímida: se me colocar para falar na presença de outras pessoas, ou de um microfone, acaba comigo, mas, se eu pegar o meu pincel, a minha sala pode estar cheia de adultos ou crianças, ali eu me realizo. (ALMEIDA, 2022).

Observamos que duas das professoras já almejavam ser professoras desde pequenas, pelas experiências positivas vivenciadas no ciclo de alfabetização com educadoras marcantes em suas trajetórias formativas. Uma tornou-se professora por influência da mãe, e outra, apesar de não ter uma figura de referência que havia lhe incentivado a escolher a docência como profissão, também decidiu muito cedo sua inclinação profissional. Somente Antoniele de Almeida realizou a escolha pela profissão de professora mais tardiamente, ainda assim, relata sua afinidade com a profissão.

Após as entrevistadas se apresentarem e narrarem sobre as formações que a haviam conduzido a atuarem como professoras, bem como sobre algumas dificuldades enfrentadas para concluírem a escolarização e a formação inicial, adentramos à temática da pesquisa: as vivências com o ERE, em especial conforme as novas configurações de planejamento, ensino e avaliação durante a pandemia e a reorganização domiciliar para conciliar as atividades de mães, professoras e donas de casa.

Segundo Neves, Machado e Fialho (2022), em decorrência da pandemia vivenciada, foram necessárias muitas adaptações ao modelo de trabalho. Uma parcela da população passou a desenvolver suas atividades de trabalho através do modelo remoto e de maneira virtual para adequar-se ao isolamento social imposto, realizando no ambiente domiciliar suas atividades laborais. Não diferente dessa situação, os professores foram obrigados a adotar o ERE como única alternativa para não suspenderem as aulas escolares e darem prosseguimento à educação formal (FIALHO; NEVES, 2022). As professoras mães, além de terem que se adaptar ao modelo virtual de ensino, precisaram também conciliar a docência com a maternidade e o trabalho doméstico, sendo expostas a mudanças repentinas que exigiram uma reorganização da rotina diária.

Neste período de ensino remoto, as professoras entrevistadas precisaram reorganizar sua rotina de trabalho e buscar autodidaticamente novos conhecimentos; todas desenvolveram habilidades que vão além do que era esperado para o professor na presencialidade; elas precisaram aprender sobre gravação e edição de vídeos/imagens e a serem mais flexíveis sobre seus horários de trabalho, já que muitas famílias só podiam dispor de tempo para ensinar as atividades para os filhos à noite, após o que era considerado expediente de trabalho antes da pandemia. Na maioria das vezes, as professoras atendiam aos pedidos de ajuda dos pais, com dúvidas e recebimento de atividades, à noite e aos finais de semana.

Eu corrigia todas as atividades e eu trabalhava até 22h ou 23h da noite. Tinham muitas famílias em que a mãe passava o dia trabalhando e, à noite, ia ensinar a criança às 20h: 'Tia, eu só tenho esse horário', e eu dizia: 'Pode mandar', porque eu tinha que entender que eles estavam fazendo um trabalho que era nosso. Era muita culpa não estar fazendo do jeito que era para fazer, e eles não podiam deixar de trabalhar. Foi um período economicamente difícil, onde todos precisavam do seu trabalho. Porque eu iria deixar de corrigir uma atividade às 22h se ela só tinha aquele tempo? Eu tinha pena da criança que ia fazer aquela atividade à noite, mas não tinha saída. Eu corrigia atividade no sábado e

domingo; eu nunca deixei as atividades dos meus alunos sem feedback. (ALMEIDA, 2022).

Além do horário de trabalho estendido, todas as professoras relataram a falta de acesso à internet de muitos estudantes, o que fez com que muitas docentes aderissem às atividades impressas como meio pedagógico para que algum conteúdo chegasse aos alunos. Porém, o sucateamento de algumas escolas, por vezes, impedia a impressão do material e o isolamento social restringiu o horário e número de profissionais na escola para atender aos pais, o que dificultava o acesso às atividades impressas. Inclusive, Roberta da Costa informou que a escola não disponibilizava a impressora para imprimir as atividades e que ela tinha que arcar com os custos das cópias que precisasse fazer.

Somando-se a isso, decorrente dessa sobrecarga de trabalho, Niel et al. (2022, p 28) desenvolveram estudo que “apontou para a sobrecarga de atividades infligida a essas mulheres durante o período pandêmico e o ERE, devido à soma das tarefas domésticas, laborais e maternas ao acompanhamento educacional dos filhos em ensino remoto”, o que reverberou em consequências negativas no relacionamento afetivo com os seus filhos.

Se não bastassem as dificuldades das crianças e de seus pais para adquirirem recurso tecnológico com acesso à internet, todas as professoras precisaram conciliar os recursos financeiros para ajudar na casa e para investir recursos próprios em pelo menos algum dos seguintes itens: provedor de internet, celular ou computador, para que conseguissem ministrar as aulas e atender aos pais pelas redes sociais. Quando tentavam uma chamada online, para aula ou formação, ou mesmo subir os vídeos para a plataforma do YouTube, uma boa internet e um bom aparelho tecnológico eram necessários, mas essa não era a realidade das professoras:

Eu precisei mudar de celular, como a maioria dos meus colegas também precisaram, mudar até mesmo os computadores, que não suportavam a carga que foi a gente estar trabalhando no período remoto. Os alunos não conseguiram abraçar o ensino remoto. (COSTA, 2022).

Eu troquei o celular porque as chamadas de vídeo eram pelo WhatsApp e os grupos também funcionavam via WhatsApp, então eu precisei. O computador [era usado] só em algumas vezes que eu tentei fazer pelo Meet. [...] Eram poucas crianças que participavam; tive que investir em um plano de internet melhor, um aparelho com mais memória. (ARAÚJO, 2022).

O investimento feito por essas professoras partiu de iniciativa própria para buscar um melhor desempenho em seus trabalhos e suprir as demandas que eram exigidas de participar

ativamente com seus alunos de chamadas de vídeo. Vale mencionar que, somente após o retorno presencial das aulas e a eclosão da greve, foi criado um auxílio tecnológicoⁱⁱⁱ para compensar os gastos dos professores de Maracanaú-CE, todavia, apenas para os concursados, pois os professores temporários não tiveram direito a esse benefício, mesmo tendo trabalhado nas mesmas condições adversas que os demais. Niel et al. (2022, p. 29) destaca que grande parte das instituições de ensino não solicitaram “sequer a opinião dos pais ou professores sobre as possíveis formas de aplicação deste tipo de modalidade de ensino, revelando a ausência de ações de ordem democrática para o funcionamento das atividades escolares em conjunto com a sociedade [...]”

De acordo com pesquisa de Baron et al. (2022), também realizada no estado do Ceará com professores da educação básica de Fortaleza-CE, os professores substitutos possuem maior dificuldade de paralisar suas atividades para participar de manifestações ou greves, isso porque, mediante a falta de estabilidade, há um receio de que sejam penalizados, perseguidos ou demitidos pela gestão. Dessa maneira, além de receberem salários menores, não equiparados à sua titulação, ainda se sentem coagidos ao silenciamento diante da parca valorização profissional.

As professoras explicaram sobre como elas planejavam suas aulas e avaliações antes da pandemia e o que mudou em relação a isso com a implementação do ERE. Ana Isabel Araújo (2022) falou de maneira detalhada sobre o assunto:

As avaliações eram feitas no dia a dia, a partir da observação, pela resposta das crianças numa contação de história, em atividades orais ou em grupo, através de um relatório tanto para o fundamental como para a educação infantil, observando os descritores da própria BNCC [Base Nacional Curricular Comum]: observar o cognitivo, comportamento e socialização e desenvolver avaliação escrita. As crianças do 1º também tinham uma avaliação externa. Com a pandemia, tudo ficou mais difícil, porque não podíamos obrigar as crianças a terem o Google Meet, que elas já tinham dificuldades em ter um aparelho, internet, então, tivemos que nos adaptar e fazer muita coisa, inclusive não tivemos contato com muitas crianças por não terem acesso a celular e internet. Então, algumas crianças foram avaliadas através das atividades que os pais pegavam na escola; as crianças faziam em casa e eles devolviam as atividades.

A partir do relato acima, percebemos que a professora Ana Isabel Araújo, antes da pandemia, usava o método de avaliação contínua com seus estudantes, pois buscava sempre avaliá-los considerando o conhecimento prévio e se iam aprendendo ao longo do processo de aprendizagem (LUCKESI, 1995). Com a pandemia, essa prática se tornou quase insustentável, pois o contato que a professora tinha com os estudantes, por intermédio do ERE, era muito restrito.

A professora Sandra Ferreira (2022) também comentou sobre a mudança na forma de acompanhar e avaliar os alunos:

No período regular, as avaliações aconteciam com prova escrita em sala de aula e, durante as aulas, no período regular, a gente tinha um contato com a criança; nós tínhamos como extrair mais da criança. Durante a pandemia, nós tivemos muita dificuldade e, quando a gente conseguia contato, porque houve um teste que a gente fez para saber como estava a leitura e a escrita das crianças, tivemos bastante dificuldade, inclusive, durante aquele momento com o aluno, os pais respondiam pela criança. As avaliações eram impressas [no sistema presencial]; quando estava no período de pandemia, optamos pelo Google Forms para alguns, porque muitos não tinham acesso à internet e não tinham como fazer as atividades; para esses que não tinham acesso à internet, eu fazia, digitava e enviava para os pais, que vinham pegar na escola e depois devolviam.

Outro ponto destacado pelas professoras compreendeu as dificuldades para alfabetizar as crianças no período de ensino remoto, visto que muitas não conseguiram desenvolver a leitura e escrita de seus discentes de maneira satisfatória, como acrescentou Sandra Ferreira (2022):

As crianças regrediram muito, porque o tempo todo na sala [em ensino presencial] eu estou chamando para fazer leitura, verifico se já está no nível silábico ou pré-silábico. E, no on-line, não tinha como ter uma noção disso. Eram poucos [alunos] a que nós tínhamos acesso. Houve essa regressão tremenda e também, por mais que eu mandasse o áudio: 'Aluno, é assim' e 'Conte a sílaba tal', o entendimento dele era outro, porque eu não estava lá para orientar, e os pais muitos deles não sabem, porque tem pais que não são alfabetizados.

Devido à dificuldade de acesso das crianças às ferramentas tecnológicas, à situação socioeconômica das famílias ser majoritariamente de baixa renda e ao fato de os pais possuírem pouca escolaridade, muitas crianças tiveram sua aprendizagem severamente afetada (UNESCO, 2021). Inclusive, o Brasil vivencia profunda desigualdade social; a falta de acesso aos recursos digitais aumentou o cenário de exclusão digital na pandemia (BEZERRA; VELOSO; RIBEIRO, 2021). Para minorar esse fosso, Santos e Oliveira (2021) sinalizam para a necessidade de investir em políticas públicas com o mote de proporcionar mais homogeneidade e igualdade de acesso aos recursos tecnológicos e à internet.

Diante das adversidades para ministrar aulas, acompanhar os alunos e avaliar o aprendizado, interessa destacar uma iniciativa que muito contribuiu para a aprendizagem no cenário pandêmico, a criação de um canal no YouTube, por parte de algumas escolas ou professoras, para facilitar o acesso dos alunos às aulas a qualquer hora e lugar, sem consumir

a memória do celular. As professoras Roberta Costa (2022) e Luciene Mesquita (2022), respectivamente, falaram um pouco sobre isso:

A escola criou um canal no YouTube, e a gente passava o vídeo para a gestão, e eles postavam, assim o aluno poderia assistir de onde ele estivesse, em qualquer hora que ele tivesse; não era limitado.

Criei um canal no YouTube com o nome Tia Luciene. Fazia aulas à noite. Tinha dias que eu fazia três aulas e já mandava as aulas da semana. Eu já estava amando, porque mandava a aula, e os meninos participavam; as mães entravam em contato, e os meninos mandavam as atividades; foi uma maravilha. O acesso dos alunos através do YouTube ficava mais fácil, porque não havia uma plataforma.

A iniciativa da professora Luciene Mesquita e da gestão de duas escolas em criar um canal no YouTube destaca-se mediante a dificuldade dos alunos de acompanharem as aulas em tempo real, isso porque, muitas vezes, o único recurso tecnológico era o celular dos pais, que chegavam apenas à noite do trabalho à sua casa. Luciene Mesquita chegou a criar o próprio canal^{iv} e avatar para deixar seus vídeos mais lúdicos; ela mostrou bastante orgulho, já que em seu canal há vídeos com mais de 15 mil visualizações.

No que tange ao apoio recebido pelas professoras da gestão municipal no isolamento social, podemos dizer que foi bastante precário, o que reverberou na gestão escolar. De acordo com Lück (2009, p. 94), “A atualidade dos processos pedagógicos, a contextualização de seus conteúdos à realidade, os métodos de sua efetivação, a utilização de tecnologias, a dinâmica de sua realização, a sua integração em um currículo coeso são algumas das responsabilidades da gestão escolar”. Sem o devido apoio do município, as gestoras até tentaram apoiar as professoras, contudo, toda a comunidade escolar encontrava-se carente de conhecimentos para manusear as tecnologias digitais da informação e comunicação com fins didáticos:

Apoio eu posso dizer que eu pude contar somente com a coordenação; da prefeitura, nenhuma ajuda, sabe o que é nada? Nem auxílio! (FERREIRA, 2022).

No início, a gestão nos ensinou a gravar vídeo, editar através de formações pelo Google Meet, e nós começamos a gravar vídeos; eles não ficavam bons, e a gestão chamava e explicava que não era assim: ‘Vamos melhorar. Eu não estou entendendo a aula, então a criança também não vai entender’, e a gente não sabia a quem se direcionar, se era para o pai ou o aluno. (COSTA, 2022).

Para auxiliar os professores nesse período em como fazer suas aulas e atividades, formações foram propostas pelas próprias escolas como um caminho para não haver o total abandono pedagógico às docentes. Com efeito, gestores escolares e professores, pela

primeira vez, viram-se obrigados a trabalhar no ERE somados ainda à falta de apoio da Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú-CE para uma capacitação qualificada. Havia, portanto, muita pressão imposta sobre os núcleos gestores das escolas para que se fomentassem as atividades *on-line* e se fizesse a busca ativa dos estudantes que não conseguiram contato por ausência de tecnologia para tal. A professora Ana Isabel Araújo (2022) relatou sobre isso:

O nosso apoio era dizer que precisávamos enviar as nossas atividades; não é apoio. É dizer o que nós temos que fazer, enviar as atividades para as famílias e aguardar o retorno. Não houve apoio da prefeitura, pelo contrário, houve muitas exigências da prefeitura e secretaria de educação, querendo que a gente desse conta das famílias sem ter o retorno das famílias, cobrando da gestão da escola, e eles cobrando da gente.

A partir desses relatos, podemos destacar uma grande contradição, a falta de apoio em formação técnica proposta pela secretaria de educação do município e as muitas cobranças para que os gestores e professores prosseguissem, ainda que sem a devida orientação ou formação, com a educação formal. Nesse cenário, das cinco professoras entrevistadas, quatro relataram ter recebido algum apoio da gestão escolar, com formações de iniciativa interna e auxílio para a elaboração das aulas, mas nenhum suporte da gestão municipal: “Da escola, sim, porque a professora do laboratório de informática nos ajudou dando formações de como usar os aplicativos, independentemente da prefeitura; partiu dela a iniciativa de querer nos ajudar” (MESQUITA, 2022).

Segundo as professoras, somente a partir de 2021, no segundo ano de pandemia, quando já havia sido decretado o fim do isolamento social no Ceará e as escolas estavam retornando a presencialidades, foi que o município de Maracanaú-CE encampou atividades para a formação de professores relacionadas com o uso das tecnologias. Antoneide de Almeida (2022) ressaltou a importância das formações e do suporte emocional, ainda que tardiamente:

A Secretaria de Educação nos apanhou na seguinte questão: nas formações. As formadoras nos davam muita força e apoio psicológico também. A gente ficava se sentindo mal e culpada porque o aluno não aprendia, e elas sempre estavam apoiando a gente: ‘Não é culpa sua. Não fique assim. Vai dar certo’. A secretaria também forneceu muitos cursos, principalmente na área de tecnologia, para se acessar os recursos tecnológicos.

A partir dos relatos discutidos, podemos perceber que as dificuldades enfrentadas pelas professoras da rede municipal do ensino fundamental de Maracanaú-CE, durante a pandemia, estão estritamente relacionadas: à falta de recursos tecnológicos de qualidade e à necessidade emergente de investimento de recursos próprios para adquiri-los; ao desconhecimento para a utilização de aplicativos e programas computacionais para mediar o ERE; ao aumento da jornada de trabalho para atender aos pais das crianças em horários não convencionais e para preparar aulas utilizando tecnologias até então desconhecidas; ao pouco apoio da gestão, que também se via pressionada a localizar os alunos em tempos de isolamento e prestar apoio às professoras sem a devida formação; e ao desamparo do poder público municipal no provimento de auxílios financeiros para a aquisição imediata dos necessários recursos tecnológicos e para a realização de formações em tempo hábil para que as professoras aprendessem a como trabalhar no modelo remoto, apropriando-se das plataformas e aplicativos para a realização de gravações, edição de vídeo, dentre outros que possibilitassem boa qualidade no material transmitido para seus alunos.

Diante de todo o cenário de insegurança sanitária, permeadas pelo medo de contraírem Covid-19 e da morte, que assolava conhecidos e parentes, as professoras buscaram, de maneira autodidata, com o apoio de outras docentes e da gestão da escola, aprender a manusear minimamente as ferramentas tecnológicas necessárias ao ERE. Com efeito, ainda enfrentavam outros dois relevantes problemas: conciliar as atividades da docência com as domésticas; e lidar com a falta de reconhecimento social, pois muito ouviam comentar que as professoras não estavam trabalhando, que não tinham compromisso com a educação ou que eram privilegiadas.

O ambiente domiciliar das professoras transformou-se subitamente na nova sala de aula e, muitas vezes, não havia um espaço físico na residência para isso, já que as docentes passavam todo o dia na escola. O mesmo se passava com a conexão de internet, majoritariamente de baixa qualidade, que gerava estresse por não prover estabilidade nas gravações e transmissões demandadas pelo ERE. Somando-se a isso, sem horário de trabalho regular, ainda tinham que realizar as atividades domésticas: limpar a casa, preparar a comida, lavar e passar as roupas, cuidar dos filhos, inclusive, neste caso, dividindo espaço e tecnologia para que eles pudessem acompanhar suas aulas e prestando auxílio para a realização das tarefas escolares.

A professora Isabel Araújo (2022) relatou precisar do auxílio de seus parentes para conseguir trabalhar em casa, por isso sofreu algumas críticas:

Foi um desafio tentar conciliar tudo isso, porque os meus filhos estavam em casa. Eu tenho a minha mãe, que mora vizinha a mim, ela também trabalha, é costureira e trabalha em casa, mas, pelo fato de eu estar em casa, ela pensava: 'Não. Como ela está em casa, não precisa do meu apoio'. Então, foi desafiador isso também.

Ana Isabel Araújo, quando trabalhava presencialmente, contava com o apoio da mãe para algumas atividades do lar e para olhar os seus filhos. Entretanto, com o advento da pandemia, o isolamento social mantinha Isabel em casa e sua mãe pressupôs que, nesse momento, sua ajuda não seria mais necessária.

Roberta Costa (2022) estava gestante no início da pandemia e destacou com veemência suas principais dificuldades para conciliar a gestação, o trabalho, a filha ainda criança e o medo de ser acometida pela Covid-19:

Foi muito complicado. Logo quando eu engravidei, a maioria dos vídeos eu gravava sentada, e eu já não conseguia mais gravar sentada por conta da barriga, e eu já fui procurar criar e comprar uma Ring Light para poder colocar o celular mais alto e poder gravar em pé. Antes, quando eu não tinha [a Ring Light], era colocando o celular em cima do balcão da minha cozinha, com cadeira em cima de outra mesa para gravar. Eu pedia para a minha filha, que, na época, tinha 7 anos, segurar a cadeira, e eu ia gravando, mas, às vezes, sem querer, ela falava, e eu tinha que voltar a gravar tudo de novo. Foi muito cansativo. Eu tinha que ir para as consultas médicas com medo. [...] Eu também tinha que dar conta do meu trabalho, porque eu não tinha tido o bebê ainda e não estava afastada.

Quando a professora Roberta Costa voltou do seu período de licença-maternidade, as preocupações redobram: os cuidados de um bebê dificultavam o trabalho com o ERE:

Quando eu tive o bebê, eu passei seis meses de licença e, quando eu retornei, não era o barulho do cachorro ou o do celular, mas era o choro do bebê. Eu chamava a minha irmã enquanto eu gravava e já tinha que ligar para alguém; dependia de terceiros para que pudesse segurar o bebê para eu gravar, então foi um período bem cansativo, onde eu gravava o vídeo com o olho quase que de lado, olhando para o bebê. Então, meu foco não estava só na minha aula, eu tinha o compromisso de ter que dar a minha aula on-line, mas eu tinha que olhar o meu filho. Foi bem estressante e muito trabalho mesmo. (COSTA, 2022).

O relato exemplifica como a pandemia de Covid-19 contribuiu substancialmente para o acúmulo de funções das mulheres. A partir disso, Stascxak et al. (2021) mencionam que as

mulheres estão correlacionadas às atitudes do cuidado pela família e que, por isso, elas se sentiram sobrecarregadas durante a pandemia.

De acordo com Vidal (2020, p. 103), os relatórios internacionais apontam que “as mulheres foram as mais afetadas pelo COVID-19 em função de estar na linha de frente nos cuidados da família, da saúde, e da educação dos filhos”. Dessa maneira, na vida cotidiana em isolamento, o trabalho foi desigual e injusto considerando os sexos, recaindo majoritariamente sobre às mulheres.

Observamos que, de maneiras distintas, a realidade que foi imposta pela pandemia acabou sobrecarregando as mulheres professoras e mães, de acordo com as singularidades de vida de cada uma. Comparando, por exemplo, os enfrentamentos de Isabel Araújo e Roberta Costa, professoras que tinham crianças, com a situação de Antoneide Almeida, mãe de filhos crescidos, foi possível notar diferenças:

Para mim, foi tranquilo, porque eu moro apenas com um filho, e eu moro em um apartamento de três quartos, e eu tirei um e montei uma sala de aula: coloquei lousa na parede, enfeitei e decorei com bichinhos, como eu faço na sala de aula, para ficar uma visão mais alegre para a criança. (ALMEIDA, 2022).

Para Antoneide Almeida, o período de ensino remoto foi mais tranquilo e de fácil adaptação, isso porque seus filhos adultos já haviam saído de casa e o único que com ela morava já era jovem e entendia seu trabalho. No entanto, quando ela se referiu a “tranquilo”, foi em comparação às suas outras colegas, as que eram mães de crianças, isso porque esse período não foi fácil para nenhuma delas: foi tenso sair do ensino presencial, onde estavam sempre em contato com os alunos, e aprender a lidar com a tecnologia e o distanciamento. Ademais, essa situação trouxe uma perspectiva fragmentada da aprendizagem de seus alunos e, por consequência, algumas deficiências que elas prospectam seguir para os anos seguintes.

A baixa qualidade da educação pública foi agravada pelo ERE, pois ele tornou ainda mais difícil alcançar as singularidades dos estudantes e assisti-los de maneira adequada, não apenas pelas limitações tecnológicas como também pelo distanciamento físico. Isso demandou maior responsabilidade das famílias, que, inseguras e despreparadas, por vezes, julgavam mal as professoras. Segundo as entrevistadas, muitos pais de discentes achavam que a professora não estava trabalhando por estar em casa.

Abreu (2020) assevera que não há hierarquia de inteligência e habilidade em decorrência do gênero, mas a sociedade é permeada pelo poder dos discursos, que subjogou

à mulher a vida privada e a obrigação de exercer atividades relacionadas aos cuidados do lar e dos filhos. Tais discursos, ainda que em constante problematização, ainda interferem na vida social das mulheres brasileiras, impondo-lhes funções domésticas mesmo em tempos nos quais a conquista profissional feminina já progrediu significativamente. As oralidades e desabafos das mães ao telefone, proferidas às professoras ressaltam o exposto, como explica Roberta Costa.

A professora Roberta Costa relatou que, quando ligava para as famílias cobrando a participação dos alunos e as atividades, ouviu muitos desaforos dos pais, exemplificando um caso: *“Tia, eu estou trabalhando; eu tenho que lavar roupa; eu tenho que vender peixe; eu tenho que dar de comer; eu não estou igual à tia, em casa, ganhando dinheiro”*. A realidade, porém, estava bem distante disso, pois o trabalho docente prosseguia e era realizado no ambiente familiar, o qual também estava muito difícil para as professoras. Dessa maneira, havia uma compreensão de que as docentes, por estarem realizando o trabalho em sistema *home office*, gozavam de privilégios e desfrutavam de uma vida leve, sem obrigações laborais.

Com o ERE, aumentou a dificuldade de planejar, ministrar as aulas, acompanhar os alunos e avaliá-los. Além da demanda da aquisição de novos conhecimentos, de ter que reinventar rotinas e flexibilizar horários de trabalho, as profissionais ainda enfrentavam as dificuldades de apoio dos pais e, em alguns casos, a necessidade de amparar parentes doentes. Maria Luciene Mesquita (2022) descreveu como buscava tempo para cuidar da mãe doente:

Às 7h, colocava a aula no canal para que os meninos tivessem acesso; em seguida, eu corria para cuidar [das atividades domésticas], porque em casa a gente precisa comer e tem o almoço. Quando estamos fora de casa, a gente sai e acabou, sua vida ficou em casa. Mas eu precisava fazer o almoço e ainda tinha que parar tudo, andar com o celular e ir à casa da minha mãe ajudar a minha irmã a cuidar da minha mãe, que estava acamada. Às 11h, eu fechava a sala de aula, que nós chamamos assim, para voltar às 13h novamente, na turma da tarde.

Em meio às aulas, às atividades do lar e aos cuidados com os filhos e familiares, havia sempre um celular conectado à internet para atender aos pais e alunos em redes sociais, como mote de proporcionar o melhor apoio possível à aprendizagem dos discentes. Muitas vezes, as professoras passavam todo o dia e boa parte da noite com o celular junto ao corpo, realizando mais de uma atividade ao mesmo tempo para não deixar de atender à comunidade escolar, trabalho esse nem sempre reconhecido pela sociedade e, em especial, pelo poder público. Inclusive, as docentes relataram que sempre precisaram reivindicar os reajustes

anuais, porque o prefeito de Maracanaú-CE se posicionava com autoritarismo nas negociações com a categoria e não lhes dava o devido suporte.

As reivindicações anuais em busca do reajuste, suspensas durante a pandemia em decorrência da necessidade de isolamento social, foram reiniciadas através da paralisação nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2022; cinco dias depois, deflagrou-se a greve. Parte desta pesquisa se efetivou em clima de tensão, porque o prefeito de Maracanaú-CE, já de posse de um mandato expedido pela desembargadora Terese Neumann, que considerava a greve ilegal^v, pressionava os professores a voltar às atividades sem atender às suas reivindicações. O aumento do piso nacional foi definido por lei aprovada pelo Congresso Nacional, a partir dos valores do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação^{vi} (Fundeb), conquista da categoria, mas que encontrava resistência de implementação pela prefeitura de Maracanaú-CE. O pleito dos professores era, em especial, pelo cumprimento desse direito já previsto em lei; com efeito, as professoras relataram muita truculência e perseguição por parte do prefeito com a categoria, mesmo após toda a dedicação em manter a educação formal por intermédio do ERE. Contudo, mesmo a greve não se configurando como foco do estudo, consideramos importante destacá-la, pois afetou a coleta das entrevistas, por vezes impedidas de serem realizadas nas escolas de lotação das docentes.

Esse cenário de luta feminina por valorização profissional explicita que no processo de feminização do magistério, as condições de trabalho provocaram uma desvalorização pela sociedade no campo de trabalho da mulher, que repercutiram em prejuízos salariais e sujeitaram às professoras há uma extensa jornada de trabalho (VIDAL, 2020). Dessa maneira, continua importante a mobilização feminina em prol de superar desigualdades decorrentes da condição de gênero.

Considerações finais

Esta pesquisa surgiu a partir do anseio de saber mais sobre como o ensino remoto foi enfrentado pelas professoras mães durante a pandemia de Covid-19 na cidade de Maracanaú-CE. Além disso, buscamos compreender melhor os aspectos da falta de estrutura e capacitação prévia para trabalhar no modelo remoto e como se deu o apoio pedagógico (suporte de formação oferecido pela gestão das escolas e pela Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú-CE) e familiar para que as professoras conseguissem melhor desempenhar seu trabalho. Analisamos ainda o esgotamento das professoras pela sobrecarga de trabalho,

isolamento, demandas familiares, incertezas durante a pandemia de Covid-19, fatores aliados às dificuldades dos alunos de terem acesso a celulares e internet para participarem ativamente das aulas *on-line*, fragilizando ainda mais o ensino.

Os resultados da pesquisa foram obtidos através da abordagem qualitativa mediante os dados obtidos através das entrevistas com perguntas específicas; o método e a técnica para a coleta de dados pautaram-se na História Oral Temática. O perfil traçado das educadoras permitiu constatar que elas tiveram várias dificuldades durante o período pandêmico: inicialmente, com o uso de tecnologias para fazerem suas aulas; depois, para alfabetizar as crianças no período remoto, devido à falta de acesso a celulares e internet; em seguida, com o aumento da jornada de trabalho, que ultrapassava o previsto para conseguir atender às famílias dos alunos; e, por último, com os prejulgamentos de seus familiares e dos pais de alunos por presumirem que não estavam fazendo nada por elas estarem em casa.

Constatamos, a partir dos relatos das professoras que atuam na rede pública municipal de Maracanaú-CE durante a pandemia, que as dificuldades enfrentadas por elas são atravessadas por questões de gênero e maternidade. Nossa sociedade, infelizmente, ainda tem uma ideia socialmente aceita que coloca a mulher como responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos e familiares. Podemos retomar alguns pontos principais deste estudo quando a maioria das professoras convidadas para a pesquisa relatou que nesse período sentiram-se sobrecarregadas e solitárias, que as atividades domésticas e os cuidados com os filhos não eram divididos com outras pessoas que habitavam a casa, principalmente os seus cônjuges. Uma das professoras precisava de ajuda de outras mulheres da família para conseguir gravar as aulas, devido ao seu bebê de poucos meses. O acúmulo de afazeres domésticos, por toda a família estar em casa, e o malabarismo necessário para trabalhar e fazer as refeições da família, que eram de sua responsabilidade, fizeram esse período ainda mais pesado para as mulheres.

Dessa forma, numa pequena amostragem sobre a experiência docente da rede municipal de ensino de Maracanaú-CE com aulas remotas em virtude da pandemia de Covid-19, percebemos que houve um aumento significativo na jornada de trabalho docente dessas mulheres, professoras e mães. Nessa perspectiva, consideramos as discussões trazidas neste estudo relevantes e emancipatórias, as quais dialogam com uma perspectiva de escola humanizada, dialógica e democrática.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro ao projeto nº 420121/2022-6, e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), pelo auxílio para o apoio a projetos de grupos de pesquisas – PS1-0186-00218.01.00/21.

Referências

ABREU, B. de M. Mulher, Mãe, Professora e Pesquisadora em Tempos de Pandemia: mas, esta história nem sempre foi assim... *SCIAS - Educação, Comunicação e Tecnologia*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 161–174, 2021.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2021. p. 155-202.

ALMEIDA, F. A.; SOUSA, L. D. A nova mulher: uma questão de gênero e empoderamento. In: ALMEIDA, F. A (org.). **Desigualdade social e de gênero: desafios, perspectivas, retrocessos e avanços**. São Paulo: Científica Digital, 2021. p. 12-23.

BARON, M. V. *et al.* Influence of Covid-19 on the Socio-Emotional Aspect of School Communities. **Medical Research Archives**, [S.l.], v. 10, n. 8, 2022.

BEZERRA, N. P. X.; VELOSO, A. P.; RIBEIRO, E. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. **Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2021.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 fev. 2020.

DELGADO, L. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CACAU, J. B.; FIALHO, L. M. F. Abandono escolar, pobreza e fome: biografia de um jovem negligenciado. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 26, p. 1-19, 2020.

FIALHO, L. M. F.; NEVES, V. N. S. Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 48, e2602, 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Censo Demográfico – 2010. <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 07 de jul. 2023.

Mulheres, mães e professoras durante o ensino remoto na pandemia de Covid-19 em Maracanaú-CE

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARQUES, B. Fim da Greve dos Professores Municipais de Maracanaú. **Site da Prefeitura de Maracanaú**, Maracanaú, 20 mar. 2022a. Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/fim-da-greve-dos-professores-municipais-de-maracanau/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARQUES, B. Justiça declara ilegalidade da greve dos professores municipais em Maracanaú. **Site da Prefeitura de Maracanaú**, Maracanaú, 15 fev. 2022b. Disponível em: <https://www.maracanau.ce.gov.br/justica-declara-ilegalidade-da-greve-dos-professores-municipais-em-maracanau/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARQUES, B. Prefeitura recebe representantes dos gestores das Escolas Municipais e anuncia auxílio tecnológico. **Site da Prefeitura de Maracanaú**, Maracanaú, 21 dez. 2021. Disponível em: [https://www.maracanau.ce.gov.br/prefeitura-recebe-representantes-dos-gestores-das-escolas-municipais-e-anuncia-auxilio-tecnologico/#:~:text=Foi anunciado o projeto de,00 \(Dois mil reais\)](https://www.maracanau.ce.gov.br/prefeitura-recebe-representantes-dos-gestores-das-escolas-municipais-e-anuncia-auxilio-tecnologico/#:~:text=Foi anunciado o projeto de,00 (Dois mil reais).). Acesso em: 10 jul. 2023.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FVG, 2018.

NEVES, V. N. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1-18, 2021.

NEVES, V. N. S.; MACHADO, C. J. S.; FIALHO, L. M. F. Competencias digitales docentes para la educación a distancia en tiempos de aislamiento social derivado de la Covid-19. **Hachetetepé: Revista Científica de Educación y Comunicación**, Cádiz, n. 24, p. 1-16, 2022.

NIELS, Karla Menezes Lopes et al. Ensino remoto emergencial: as dificuldades na perspectiva de mães e mães-professoras. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 32, n. 65, e14, 2022.

PEREIRA, F. Professores de Maracanaú deflagram greve em meio a protestos por reajuste de 33,24%. **O Povo**, Fortaleza, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2022/02/10/professores-de-maracanau-deflagram-greve-em-meio-a-protestos-por-reajuste-de-3324.html>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, J. C.; OLIVEIRA, L. A. Percepções sobre as ações das redes públicas de ensino durante a pandemia. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 6, n. 3, e5412, 2021.

SCHOUTEN, M. J. *Ubigual e Tempo e Tecnologia: dois projetos sobre questões de genero*. **Atas do seminário Igualdade de Género**. p. 43-47, 2011. Covilhã. Universidade da Beira do Interior.

STASCXAK, F. M. et al. O ensino remoto na pandemia de Covid-19 na percepção de professoras do ensino médio. In: MOURA, A. A.; MENDES, M. C. F. (org.). **Educação e interdisciplinaridade: teoria e prática**. Ponta Grossa: Atena, 2021. p. 203-213.

UNESCO. **Monitoramento mundial do fechamento de escolas devido à Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IsHkmD>. Acesso em: 10 jul. 2023.

VIDAL, M. A Gestão do Tempo no Trabalho Docente: Uma Análise de Gênero no Contexto da Pandemia. **Revista Interações**, [S. l.], v. 16, n. 54, p. 94–105, 2020.

Notas

- ⁱ Um dos principais desafios encontrados para a realização desta pesquisa de campo é que, durante o período destinado às entrevistas, os professores do município de Maracanaú-CE entraram em greve. A partir do dia 10 de fevereiro de 2022, os professores deram início à luta em busca do reajuste salarial de 33,24%, conforme novo piso do magistério publicado em portaria pelo governo federal. Devido a isso, muitas professoras convidadas anteriormente desmarcaram e desistiram da entrevista. O fim da greve veio após uma audiência do Tribunal de Justiça do Ceará no dia 10 de março de 2022. Ver mais em: Marques (2022a) e Pereira (2022).
- ⁱⁱ Dindim, sacolé, geladinho, gelinho, *chup-chup* são algumas variações regionais da nomenclatura dada a uma espécie de picolé ou sorvete servido num saquinho de plástico comprido.
- ⁱⁱⁱ Um projeto de lei que institui o auxílio tecnológico para o núcleo gestor e os professores da rede municipal de ensino de Maracanaú-CE que foi pago em uma parcela única no valor de R\$ 2.000,00 (MARQUES, 2021).
- ^{iv} O canal do YouTube da referida professora se chama “Luciene Mesquita” e pode ser encontrado no link a seguir: <https://youtube.com/@lucienemesquita5939>.
- ^v Sobre a ilegalidade da greve, ver: Marques (2022b).
- ^{vi} Para mais informações, ver: Brasil (2023).

Sobre as autoras

Lia Machado Fiuza Fialho

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Pós-doutorada em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora doutora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UECE) e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPP/UECE). Vice-presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil). Líder do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades - PEMO. Editora da revista Educação & Formação do PPGE/UECE. Pesquisadora produtividade CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4614894191113114> E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>

Limária Araújo Mouta

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre e licenciada em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalha na Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Participa do Grupo de Estudos em Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6035071300013937> E-mail: limariamouta@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9161-8927>

Thalya Rogério de Carvalho

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Estudante e bolsista pela FUNCAP na Universidade Estadual do Ceará. Participa do Grupo de Estudos em Práticas Educativas, Memórias e Oralidade (PEMO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3621420001920943>
E-mail: thalyacarvalho@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8646-3880>

Maria Aparecida Alves da Costa

Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). Pós-doutoranda em Educação pelo PPGE/UECE. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Pesquisadora no Grupo de Estudos Práticas e Pesquisas Memória o Oralidade (PEMO) da Universidade Estadual do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305904539863361>
E-mail: mariapedagoga99@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5213-4869>

Recebido em: 23/08/2023

Aceito para publicação em: 29/08/2023